



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Ana Cristina Teodózio

**MEMÓRIA ARQUIVADA: MARCELO RUBENS PAIVA EM “AINDA
ESTOU AQUI” (2015)**

São Cristóvão – SE

2016.2

Ana Cristina Teodózio

MEMÓRIA ARQUIVADA: MARCELO RUBENS PAIVA EM “AINDA ESTOU AQUI” (2015)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso

São Cristóvão – SE

2016.2

MEMÓRIA ARQUIVADA: MARCELO RUBENS PAIVA EM “AINDA ESTOU AQUI” (2015)

Ana Cristina Teodózio¹.

RESUMO

Este artigo desenvolve uma análise historiográfica sobre a memorialística de Marcelo Rubens Paiva, situando-a no contexto histórico de lançamento da obra - *Ainda estou aqui* (2015), a partir do debate da relação entre história, memória e literatura. O principal objetivo foi compreender os vínculos entre memória e verdade e apresentar o processo de criação e atuação da Comissão Nacional da Verdade, com ênfase para o caso do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, 1971. Outro ponto abordado na pesquisa foi a experiência de Eunice Paiva, buscando identificar a importância da militância feminina dentro da memorialística. Aproveitando-se da efervescência do momento de criação e instauração da Comissão Nacional da Verdade, o escritor Marcelo Rubens Paiva tornou a exercer sua escrita memorialística debruçando-se sobre a história de sua mãe, narrada nesta obra para elucidar a morte, o fim emblemático do pai e a reabilitação da família, rompendo com o silêncio que perpetuou durante anos. Algumas décadas após o fim da ditadura civil-militar brasileira, observamos que o país continua a viver sob os resquícios desse passado autoritário. Estas marcas de tempos sombrios têm sido bastante discutidas nos trabalhos historiográficos, literários e veículos midiáticos.

PALAVRAS – CHAVE: Ditadura; Memória; Comissão Nacional da Verdade; Marcelo Rubens Paiva.

ABSTRACT

This article develops a historiographical analysis about Marcelo Rubens Paiva's memorialistic, situating her in the historical context of her launching work – “*Ainda estou aqui* (2015)”, from the debate of the relation between history, memory and literature. The main objective was to understand the links between memory and truth and present the process of creation and performance of the National Commission of Truth, with emphasis on the case of the disappearance of the former deputy Rubens Paiva, 1971. Another point addressed in this research was Eunice Paiva's experience, seeking to identify the importance of female militancy within the memorialistic. Taking advantage of the effervescence creation moment and establishment of the National Commission of Truth, the writer Marcelo Rubens Paiva once again exercised his memorialistic writing looking over his mother's story, which was narrated in this work to elucidate the death, the emblematic end of his father and the rehabilitation of his family, breaking with the silence that perpetuated for years. Some decades after the end of the brazilian civil-military dictatorship, we observed that the country continues to live under the vestiges of this authoritarian past. These marks of dark times have been much discussed in the historiographical and literary works and virtual media.

Key words: Dictatorship; Memory; National Commission of Truth; Marcelo Rubens Paiva.

¹Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof.^a Dra. Célia Costa Cardoso. Integrante do Grupo de Pesquisa: Poder, Cultura e Relações Sociais na História (UFS-CNPq), liderado pela mesma professora. Monitoria da disciplina: Temas de História do Brasil Contemporâneo (2016-2017). E-mail: anateodozio@hotmail.com

I. INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar ocorrida no Brasil no período de 1964 a 1985 é um tema bastante discutido nos trabalhos historiográficos, literários e nos veículos midiáticos, o mesmo tem gerado vários posicionamentos. Anos após o fim do regime autoritário há uma representativa parte da população brasileira que desconhece esse período. Para tanto, as produções memorialísticas e debates sobre o tema são importantes e necessários para trazer ao conhecimento do público, elucidar e reconstruir a história do Brasil. Muitos autores têm buscado reconstruir a história a partir das memórias, debruçando-se sobre depoimentos de pessoas que vivenciaram a ditadura civil-militar e que tiveram suas memórias reativadas com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que pautou “suas ações visando o fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar, em um primeiro plano, toda a sociedade, composta inclusive por 82 milhões de brasileiros que nasceram já sob o regime democrático”².

No entanto, essa prática de escrever a história a partir do resgate da memória é própria de sociedade que sofreram barbáries. Como explica a historiadora Lucileide Cardoso.

A proliferação de narrativas memorialísticas tornou-se comum em sociedades que passaram por experiências traumáticas como guerras, “terrorismo”, revoluções, ditaduras, tiranias e totalitarismos, evidenciando o intenso laço entre os testemunhos e a política (CARDOSO, 2012:31).

As obras memorialísticas constituem para o historiador, enquanto pesquisador, uma fonte a ser investigada, pois, bem mais que um relato pessoal “transmite uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social” (ALBERTI, 2005:163).

No Brasil, houve dois momentos desse surto memorialístico, o primeiro em fins da década de 1970 pós-Anistia quando várias obras foram publicadas cumprindo o exercício de rememorar ou mesmo denunciar as experiências do regime militar. Algumas destas obras tornaram-se *best-sellers* e outras caíram no esquecimento, e ainda, não foram somente membros da esquerda política, mas também representantes da direita civil-militar, que se propuseram a escrever suas memórias para contar suas versões e consagrar experiências na “guerra de memória”. Esta “se constituiu justamente num intenso intercâmbio de versões

²Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). P. 21. Disponível em:< http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 14 de março de 2017.

sobre os aspectos mais polêmicos da ditadura do pós-64” (MARTINS FILHO, 2002:03). O segundo momento dessa produção memorialística está ligado aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que deu nova visibilidade as histórias do período da ditadura civil militar e reativou as memórias das pessoas que vivenciaram esse período. O “boom” memorialístico se estabeleceu devido à procura pelo conhecimento da história do Brasil no período ditatorial e tem criado um público específico para a leitura dessas obras. Pois “A história é um romance verdadeiro, disse o iconoclasta Paul Veyne no início da década de 70. Verdadeiro porque aconteceu, mas romance porque cabe ao historiador explicar o *como*” (PESAVENTO, 2006:06).

Com base nestas considerações, o romance memorialístico *Ainda estou aqui* (2015) do autor Marcelo Rubens Paiva reproduz as memórias da história de luta e superação da sua família após o desaparecimento de seu pai, Rubens Beyrodt Paiva, preso, torturado e desaparecido político desde o ano de 1971. É um livro autobiográfico publicado em 2015 pela editora Alfaguara: Rio de Janeiro. A escolha desta memorialística está no fato de que esta literatura comunga de uma teorização reflexiva à medida que articula passado e presente ao dar vozes ao silêncio que pairou durante muito tempo sobre o país. Conhecer essa história para que ela não se repita nunca mais. O ano de publicação coincidiu com o momento em que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no dia 10 de dezembro de 2014, entrega o relatório final das investigações sobre abusos e violações aos direitos humanos ocorridos durante o período de 1946 a 1988.

A análise historiográfica do livro de memória *Ainda estou aqui* (2015) pautou-se em verificar como se apresenta o discurso a cerca do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva após a abertura dos dossiês da Comissão Nacional da Verdade, buscando assim compreender a relação da militância feminina deste período e apontar as implicações e/ou contribuições da memória presente nesta narrativa, para o conhecimento histórico do período ditatorial brasileiro. A pesquisa se propõe levantar os seguintes questionamentos: é sabido que a Comissão Nacional da Verdade possibilitou aos familiares e ao país um maior esclarecimento dos fatos a cerca dos desaparecimentos de pessoas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, então como se articula a relação história, memória e ficção ao contar os factos do período do regime militar, especificamente sobre os casos de desaparecimento político? Como foi disposta a presença e participação feminina na militância dentro desta narrativa?

Nestas circunstâncias, esta análise é tanto fundamental quanto às próprias obras memorialísticas que sempre tiveram boa aceitação no mercado consumidor. De caráter romanesco apresenta significativas contribuições para o pensamento social e político, enriquece a produção historiográfica e oferece ao pesquisador uma notável fonte documental na qual contribui para o desenvolvimento de estudos do período da ditadura civil-militar brasileira enquanto o país caminhava rumo à redemocratização.

Dentro desta análise busca-se conhecer o caso de desaparecimento político do Rubens Paiva. No entanto, ao se aproximar dessa literatura o leitor se depara com outra história ainda mais fascinante até então desconhecida, uma história de militância inserida em diversos contextos históricos. A história da luta feminina viabilizou discussões envolvendo as relações sociais, as questões de gênero com foco ao papel da mulher que neste período marcou a cena política da sociedade brasileira “das maneiras as mais diferenciadas, ainda que distante de uma perspectiva propriamente feminista” (RIDENTI, 1990:16).

Esta pesquisa está inserida no campo da História Política, que recebeu influência da escola dos *Annales* nos anos 1970, ampliando seu objeto de estudo e passou a interagir com outros campos do conhecimento, estabelecendo novas características e dimensões. Ao compreender esses novos objetos, Foucault (1997) colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade dos poderes que estão presente no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social.

A Nova História política abandona o meio elitista para ter como “objeto central de estudos as massas” (REMOND, 2004:68). Na mesma perspectiva os historiadores francêss, fundadores da Escola dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre (1929), ao repensarem a historiografia e se contraporem a historiografia positivista incrementaram novos conceitos e paradigmas nas pesquisas. Estas mudanças alargaram as possibilidades de diálogo da história com outras áreas do conhecimento, caracterizada pela interdisciplinaridade e pela busca de novos problemas, novas abordagens em oposição à história tradicional, mostrando que através de um objeto específico pode-se fazer inter-relações com diversas áreas do conhecimento. Isto tornou viável o desenvolvimento desta pesquisa no campo da História Política e História Social.

Modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades com todas as Ciências Social, e igualmente rica na sua possibilidade de objetos de estudo a História Social abre-se de fato a variadas possibilidades de definição e delimitação que certamente interfere nos vários trabalhos produzidos pelos historiadores que atuam neste campo de interdisciplinaridade (BARROS, 2005).

Para análise desse trabalho, partimos da abordagem desenvolvida pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1950) responsável pelo estudo da memória no campo das ciências sociais com a categoria de “memória coletiva”, na qual a define como:

[...] um processo de reconstrução, devendo ser analisada levando-se em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais (HALBWACHS, 2013:248).

E a distingue da história ao dizer que, a memória se constitui mediante o convívio social que o indivíduo estabelece com diferentes grupos sociais dos quais está inserido e por eles é influenciado. Enquanto que “a história é a reunião dos fatos que ocupam “maior” lugar na memória da sociedade”. Assim, a história inicia quando termina a memória social (HALBWACHS, 2013:252).

Passados trinta anos do regime militar a memorialística de *Ainda estou aqui* (2015) suscita forte debate sobre a temática agora advinda, principalmente, por conta dessa nova visibilidade que o trabalho da CNV ocasionou para o país ao reconstruir a memória coletiva. Na primeira parte deste trabalho, apresentamos o autor seguido da análise da obra situando-a no contexto histórico de lançamento, articulando a discussão a respeito da relação entre história, memória e literatura. Na segunda parte, buscou-se discutir às ligações entre memória e verdade ao apresentar o processo de criação e atuação da Comissão Nacional da Verdade até o momento de entrega dos relatórios. A terceira parte coube relatar o caso de desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, apresentando um panorama do regime militar (1964 – 1985). E por fim a última parte se propôs a identificar a militância feminina dentro da memorialística.

Por se tratar da história recente do Brasil, essa pesquisa se inseriu, de acordo com a Nova História, no campo da História do Tempo Presente (HTP) incorporando aos temas contemporâneos a necessidade de confrontar os acontecimentos com testemunhos vividos vinculados à memória.

II. MARCELO RUBENS PAIVA: VIDA E OBRA

A memorialística de Marcelo Rubens Paiva debruçou sobre uma viagem ao passado recente do Brasil. À medida que seguiu esse itinerário compreendeu as vivências e experiências marcantes do contexto atual como resquícios de um passado que ainda está presente.

Marcelo Rubens Paiva nasceu em primeiro de maio de 1959 em São Paulo, na sua juventude participou de movimento estudantil, militante de esquerda, militou (a) pela acessibilidade dos deficientes físicos e pela revisão da Lei da Anistia. E em entrevista³ sobre a militância disse que a faz “pela honra do meu país”. É escritor, dramaturgo, roteirista, diretor de teatro e cinema, trabalha na imprensa como cronista do mundo contemporâneo. Utiliza a literatura e a ficção como desabafo para falar de si mesmo. Filho do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva desaparecido político desde o ano de 1971; filho de D’Eunice Paiva advogada e militante - interditada por causa do Alzheimer -; tem quatro irmãs e dois filhos. Possui vasta publicação literária como *Feliz Ano Velho* (1982), *Blecaute* (1986), *Não És Tu, Brasil* (1996), *Ainda Estou Aqui* (2015) e o mais recente *Meninos em Fúria* (2016).

Marcou uma geração com sua primeira obra memorialista *Feliz Ano Velho* (1982) que se tornou em *best-seller*, traduzido para vários idiomas, virou peça de teatro e filme. A obra é uma autobiografia para falar do acidente que sofreu aos 20 anos de idade depois de saltar e bater a cabeça em uma pedra em uma lagoa em Campinas (1979) que o deixou tetraplégico. Em uma linguagem livre e coloquial, Marcelo mostra a dificuldade e o sofrimento que viveu após seu acidente, recorre as suas memórias e conta em riqueza de detalhes sua infância e juventude, um típico adolescente que viveu suas aventuras em um país marcado por forte repressão, envolvido com maconha, garotas e música tinha uma vida social extremamente ativa. Apesar da pouca idade Marcelo já possuía uma trajetória marcada por profundos traumas, pois ainda quando criança perderá seu pai para o regime militar, viu sua mãe e sua irmã de 15 anos serem detidas “o sentido de tudo se modificou” (Paiva, 2015:55), teve que aprender a conviver com essa ausência. O acidente marcou mais um golpe na sua vida.

Sobre esta fase Marcelo conta que:

Feliz Ano Velho eu escrevi com o intuito de falar do meu acidente. Era um garotão que fazia teatro, música, poesia, surfava, era do movimento estudantil, na Unicamp, o Brasil no final nos anos 1970, numa transição democrática, culturalmente bastante rico... [...]. Então sofri o acidente e precisava mostrar que apesar daquilo eu continuava sendo o mesmo [...]. Não queria a pecha do deficiente coitadinho, doente... Acabei falando do meu pai porque era meu pai. Até porque a gente não tinha muita informação. No lançamento do livro, eu explicava para as pessoas: “olha não é um livro sobre meu pai, é sobre a minha vida, apesar dos meus 20 e poucos

³ Revista TRIP – UOL. TPM #113, 2011. Marcelo Rubens Paiva. “O escritor e diretor de teatro fala sobre a vontade de ser pai, casamento, sexo”. Por Nina Lemos. 14.09.2011. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/marcelo-rubens-paiva>>. Acesso em 04 de abril 2017.

anos de idade”. Muita gente lia com a expectativa de ser o relato do filho de um desaparecido político⁴.

Em *Feliz Ano Velho* (1982) o autor se propunha em uma linguagem espontânea com teor de realismo a falar da sua geração, sua vida, o acidente e reabilitação, mas a sociedade brasileira buscava nesta narrativa conhecer a história do desaparecimento do Rubens Paiva. Engenheiro e ex-deputado, Rubens foi cassado pelo I Ato Institucional de 9 de abril de 1964 e desaparecido político em 20 de janeiro de 1971. Os leitores de *Feliz ano velho* (1982) procuravam nas páginas e entrelinhas as respostas silenciadas pelo Estado ditatorial brasileiro, eram resposta que o autor não as possuía, até o momento de publicação do livro, quando ainda se vivia sob o regime militar, passados onze anos após esse desaparecimento pouco se sabia. O desaparecimento do Rubens Paiva era uma incógnita, tanto para a sociedade como para a família Paiva e para o próprio Marcelo. Só suspeitas informações desencontradas e perguntas sem respostas, *Feliz Ano Velho* foi à forma do Marcelo dizer é hora de superar isto e tocar a vida para a frente e não assumir o papel de tetraplégico coitadinho nem de vítima da ditadura.

Algumas décadas depois ele retornou com outro livro - este romance *Ainda estou aqui* (2015) continuando a exercer a escrita memorialística, no contexto de efervescência ao qual passava o país, os debates sobre a CNV, os questionamentos da democracia brasileira e como uma pequena parcela da sociedade que vão as ruas em manifestação e pede intervenção militar. Ele escreveu um livro falando sobre sua mãe, num resgate de memórias que elucida a morte e o fim emblemático do pai e da reabilitação de sua família, rompendo com o silêncio que perpetuou durante anos.

Ainda estou aqui (2015) foi caracterizado como romance histórico. O livro já no título transmite a ideia de que não se trata de uma obra ficcional, mas de relatos de uma vida real, alguém que ainda ousa impor sua presença, mesmo quando esta parece não mais ser importante ou não possuir significância. Esta ousadia e presença tão marcante não se restringem apenas ao título do livro, mas percorre toda a narrativa, tendo sido constantes na vida e na escrita da história do Brasil. A obra é um quebra-cabeça montado sobre a morte do Rubens Paiva. É um livro de memórias e fatos históricos que pertencem ao autor, sua família e a todo o país.

Este livro sobre memória nasce assim. Histórias são recuperadas. Uma puxa outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências. Faço uma releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi (PAIVA, 2015:35).

⁴ Revista *Época*, 2015, p.02. Marcelo Rubens Paiva: “Minha mãe foi a grande heroína desta história”. Por Aline Ribeiro. 06/08/2015. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/marcelo-rubens-paiva-minha-mae-foi-grande-heroína-desta-historia.html>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

A obra que dispensa introdução já inicia na primeira parte com um questionamento. *Onde é aqui?* Para esse questionamento o autor mostra a importância da memória desde o dia em que o indivíduo nasce. Destaca que “a memória é uma mágica não desvendada. Um truque da vida. Uma memória não se acumula sobre a outra, mas ao lado” (PAIVA, 2015:18), e para que essa memória de fato exista ela tem que estar vinculada ao fato passado, ao reconhecimento e a localização. Como exemplo utiliza seu filho de apenas um ano de idade, para mostrar como a memória é construída, segue falando do dia em que sua mãe foi interditada, uma memória impedida por causa da doença Alzheimer, uma memória que vai deixando de existir. Escrito em primeira pessoa a primeira parte reproduz em detalhe minucioso o dia da interdição de sua mãe, e o diálogo que ocorreu na tarde do dia 30 de janeiro de 2008 no Tribunal de Justiça de São Paulo. Este momento marca bastante a memorialística, pois uma mulher forte, decidida, que já havia interditado várias pessoas em determinado momento estava diante de um juiz para ser a interditada no mesmo tribunal que frequentou durante anos.

Em *A água* que não era mais do mar dar-se início a história de luta e bravura de uma mulher comum, dona de casa, sem nenhum envolvimento político que após sua família ser atingida pelo regime militar, as circunstâncias a levam a atuar no meio político. Essa militância feminina vai se construindo nas entrelinhas da obra de forma singular, os capítulos dão conta de relatar a trajetória heroica dessa mulher. A memorialística tem como cenário o período do regime militar brasileiro apresentando as profundas e incômodas marcas herdadas desse período e ela brota do desejo de se conhecer o passado. O autor utiliza uma criança para contar como a memória é construída, a doença – Alzheimer - uma memória se apagando e a Comissão da Verdade como memórias sendo desarquivadas.

Ao trabalhar com a construção da memória e como esta se articula nos indivíduos desde seu nascimento passando pelas fases de infância, adolescência até a fase adulta quando se dá início aos impedimentos. O autor também vai construindo sua própria trajetória de vida relatando os lugares onde morou, estudou, família, amigos, um panorama sobre o período da ditadura civil-militar e a sociedade civil da época. Na visão do adolescente que era, descreve a maneira como a família, principalmente sua mãe, agia e se posicionava diante do ocorrido, já que naquele momento não se tinha informações objetivas, era sempre uma busca por notícias, um questionamento na cabeça, um porque sem respostas. As metáforas definem os momentos de angústia, solidão, dor. As aventuras, sempre na figura do menino símbolo de uma sociedade apática ao regime, sem sequer imaginar o que acontecia nos bastidores do poder.

A prisão e desaparecimento do Rubens Paiva redefine o cotidiano da família e impõem a uma profunda tortura psicológica. Diante desta memorialística, Marcelo enquanto autor e narrador dessa história se posicionou livre do revanchismo e rancor, pois compreendeu que o ocorrido com sua família foi parte de um emaranhado de fatos que sucederam como parte de uma luta ideológica na qual o país era a vítima. “O crime foi contra a humanidade” (PAIVA, 2015:39).

As obras memorialísticas contribuem para a reconstrução do passado a partir das experiências vividas e apoiadas na própria memória. É a partir desses aspectos que se estabelece a importância de trabalhar a memória enquanto objeto de reflexão histórica, a fim de perceber a maneira como esta atua sobre nossa compreensão do passado e do presente. Uma memória arquivada que a qualquer momento pode ser desarquivada em função “de resgatar do esquecimento aquilo que teria podido fazer de nossa história uma outra história”, buscando “tirar do silêncio um passado que a história oficial não conta” (GAGNEBIN, 1982 apud SÁ, 2005:64).

Nas últimas décadas a memória passou a ocupar um vasto campo interdisciplinar e uma ampla bibliografia. O historiador Fernando Sá (2005) discute em seu artigo *Combates entre história e memória*, essa relação interdisciplinar, dialogando com pensadores que estabelecem aproximações e diferenças em relação ao uso que se fez da memória ao longo do tempo. Desde a Grécia Clássica quando ao historiador cabia ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos, ao século XVIII quando Voltaire afirmou que a história não é questão da memória, mas de razão, chegando ao século XIX com a memória dúbia enquanto fonte para verificação dos fatos históricos. No entanto, foi a partir do século XX no contexto das guerras que a memória retornou aos debates historiográficos contemporâneos e transformou a história oral em um dos principais instrumentos de resgate das experiências vividas pelos setores marginais da sociedade, estabelecendo nos anos 1980 uma nova relação entre história e memória, desempenhando papel fundamental na construção de identidades coletivas e de fenômenos políticos.

Essa relação ao debate entre história e memória, Pierre Nora (1993) diz que longe de serem sinônimas elas se opõem, à medida que a memória é algo vivo está em constante evolução, mantém diálogo aberto com a lembrança e o esquecimento propenso a revitalizações e vulneráveis a todos os usos e manipulações. A história é a reconstrução do que não existe, se alimenta de lembranças vagas ou flutuantes para representar o passado, não se acomoda a detalhes que a confrontam, é universal e pertence ao todo e a ninguém. “A

memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir” (NORA 1993:09).

Jacques Le Goff (1924) propõe a “memória como propriedade de conservar certas informações, às quais podem atualizar impressões ou informações passadas, ou que o homem representa como passadas”.

[...], pois o passado revela não somente o que ocorreu, mas que o passado é construído, em grande medida, pelos atores sociais em luta no presente, sendo modelado através de formas de erosão, de esquecimento e de invenções seletivas (SÁ, 2005:24).

Destarte, a história prisma pela racionalidade, o rigor científico de reconstrução do passado tanto quanto possível. A memória é o campo da subjetividade, leva em consideração os sentimentos. Segundo Santana (2014) “Articular historicamente o passado não é, pois, conhecê-lo como foi de fato, mas se apropriar de uma reminiscência que deixa vislumbrar nesse lampejo”.

O livro é uma narrativa livre, escrito em primeira pessoa trilha entre um relato pessoal, documentário histórico, e a biografia de sua mãe, tem um diálogo fluído dando a entender que o autor dialoga com o leitor. O autor cuida de relacionar casos mais atuais para mostrar que a tortura ainda é exercida e se faz presente até mesmo nas democracias que priorizam o bem social, defendem a liberdade, movidas pela igualdade. Há uma vasta utilização de fontes como jornais, cartas, músicas, descrição de áudios e documentos jurídicos e se apropriou principalmente no relatório da CNV para contar essa história.

Esta memorialística evidencia o desejo em tornar públicas essas memórias e legar a todo país o conhecimento da verdade de um período nebuloso, de dizer aos que não viveram naquele período o que foi a ditadura, o que foi a saga de uma família que sofreu com a ditadura.

III. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV): HISTÓRIA E MEMÓRIA

A ditadura civil-militar brasileira caracterizou-se em violação dos direitos humanos, por parte de um aparelho estatal que resultou em práticas arbitrárias de tortura, desaparecimento, homicídio e forte repressão. Com o fim do regime autoritário e dada a transição política, a sociedade brasileira passou a confrontar o Estado em busca de resposta sobre as graves violações aos direitos humanos e na busca por esclarecimentos quanto ao paradeiro de seus familiares. Para a elucidação destes casos foi criada a Comissão Nacional da

Verdade (CNV), “contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos”.

A Comissão Nacional da Verdade foi uma instituição criada no Brasil com a finalidade de investigar violências, abusos sofridos por cidadãos que tiveram seus direitos humanos violados pelo Estado ou por grupos envolvidos no conflito político armado de 1946 a 1988. Sua criação foi proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2009, pelos organizadores da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Tomou como base o eixo: “Direito à Memória e à Verdade”, tema principal do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Aprovada e sancionada sob a Lei nº 12.528 em 18 de novembro de 2011 e instalada em 16 de maio de 2012, pela então presidente da República Dilma Rousseff “com a afirmação de que a verdade era merecida pelo Brasil, pelas novas gerações e, sobretudo, por aqueles que perderam parentes e amigos”.⁵ Tem por objetivo estratégico promover a apuração e levar ao esclarecimento público as graves violações de direitos humanos praticados no período entre 1964 a 1988, entre outras transmitir à sociedade a verdade dos fatos ajudando a mesma a entender e reconhecer eventos passados, que marcaram vidas e mudaram histórias, respondendo a uma demanda histórica da sociedade.

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos⁶.

Desta forma, a CNV vem a ser um elo entre as oposições e os fatos ocorridos, possibilitando aos familiares dos perseguidos seguirem em frente sem ficar preso a um passado antes não solucionado. Mesmo passados dois anos de atuação e da entrega do Relatório, como estabelecido em Lei, os trabalhos da CNV não parou, por vez tem-se a Lei de Acesso a Informação (LAI) que dará continuação após o encerramento da Comissão Nacional da Verdade - CNV, aqueles que desejam informações sobre a atuação de pessoas, de 1946 a 1988.

As Comissões da Verdade são órgãos oficiais temporários e sem caráter judicial, atuaram desde a década de 1970 em países que vivenciaram conflitos políticos graves ou regimes ditatoriais. Nos países do Cone Sul destacaram-se a *Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas* (CONADEP) na Argentina, instituída em 1983, seguida pelo

⁵ Idem, p. 21.

⁶ Ibidem, p.02.

Chile com a *Comissão da Verdade e Reconciliação* de 1989 e ainda a *Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura* de 2003. A *Comissão da Verdade* em El Salvador foi instituída em 1992 e foi a primeira a ser administrada pela ONU. Já na África do Sul a *Comissão da Verdade e Reconciliação* foi instituída em 1995, pelo presidente Nelson Mandela. Essas comissões têm como objetivo investigar abusos de direitos humanos e de direito humanitário que tenham sido cometidos ao longo de um período. Elas têm viabilizado de maneira mais efetiva a revelação e o registro da violência causada por agentes estatais, ou com a sua aquiescência, desautorizando falsas versões ou a negação dessa violência. Compete também a esses órgãos receber declarações, investigar, realizar audiências públicas e produzir o informe final.

A implantação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil não foi inédita, teve por base experiências de outros países, em diferentes continentes e contextos históricos. No entanto, o Brasil foi o país que mais demorou a investigar as violações dos direitos humanos e dar resposta à sociedade, também foi à Comissão de maior marco temporal - abrangeu o limite de tempo de mais de 40 anos - e de maior extraterritorialidade. Inovou ao criar as comissões estaduais, municipais, universitárias e setoriais, das quais obteve uma profícua cooperação. Como informou a CNV em seu relatório final.

Não prevista pelo legislador brasileiro foi a profícua disseminação de comissões da verdade em todo o país. Reitere-se que a cooperação com comissões estaduais, municipais, universitárias e setoriais possibilitou a multiplicação de esforços em um país com a dimensão do Brasil, potencializando grandemente o alcance da atuação da CNV. É razoável presumir, portanto, que, em um futuro próximo, a história sobre comissões da verdade irá considerar que o Brasil tanto apreendeu como contribuiu na consolidação da experiência das comissões da verdade⁷.

A primeira comissão estadual a ser criada foi a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", criada pela Resolução n. 879, de 10 de fevereiro de 2012. Em Sergipe Comissão Estadual da Verdade - Paulo Barbosa de Araújo, instituída no governo de Jackson Barreto através do decreto nº 30.030, em 26 de junho de 2015, visou o levantamento de informações relativas ao período de 1947 a 1985 de caráter independente, com a cooperação da Secretaria de Estado da Mulher Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH), e da Casa Civil.

O reconhecimento da memória e da verdade como direito fundamental do ser humano é dever do Estado, estabelecido internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). O art. 1º da Lei 12.528/2011 que

⁷ Idem, p. 33.

criou a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, efetiva como um de seus objetivos o “direito à memória e à verdade histórica”. No que se entende por direito à memória e à verdade histórica, é sabido que estes termos integram o *corpus* jurídico da política de memória do Estado apenas recentemente e estão em uso pelas Comissões da Verdade, no âmbito jurídico para esclarecer as violações dos direitos humanos em países que tiveram regimes autoritários. Ressaltando o direito à verdade o *Estudo sobre o direito à verdade*⁸ (2006:03), diz que:

El derecho a la verdad se invoca a menudo en el contexto de las violaciones manifiestas de los derechos humanos y las infracciones graves del derecho humanitario. Las víctimas y los parientes de víctimas de ejecuciones sumarias, desapariciones forzadas, desapariciones, secuestro de menores o torturas exigen saber qué sucedió. El derecho a la verdad entraña tener un conocimiento pleno y completo de los actos que se produjeron, las personas que participaron en ellos y las circunstancias específicas, en particular de las violaciones perpetradas y su motivación.

Refere-se ao direito de se conhecer a verdade dos eventos passados em relação a crimes hediondos, as circunstâncias e os motivos que levaram a violação dos direitos humanos. É um direito primordialmente da vítima e da família, estendendo-se a sociedade, este direito impõe ao Estado a obrigação de “garantir o direito inalienável de conhecer a verdade” (Idem, 2006:04), por meio de informações específicas, acerca das circunstâncias, razões, autores, como também de preservar os arquivos e demais provas relativas às violações de direitos humanos e de direito humanitário. Busca, deste modo, facilitar o conhecimento de tais violações, para preservar a memória coletiva do esquecimento, tornando-se indispensável na reconstrução do Estado.

Tendo em vista que a verdade não é única, portanto é subjetiva e parcial, ela está sujeita ao olhar e ao conhecimento sobre determinado fato e ambos compõem o processo histórico e estão sujeitos ao tempo e as subjetividades (SCHAFF, 1995:98). A efetuação do direito à verdade varia conforme os aspectos subjetivos em que for aplicado pelo Estado.

Foucault argumenta que:

[...] por verdade, não quero dizer o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir e aceitar, mas o conjunto das coisas verdadeiras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e das regras se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder, entendendo-se também que não se trata de um combate em prol da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico, político que a ela desempenha.

⁸ Arquivo CNV, 00092.000110/2015-84: "Estudio sobre el derecho a la verdad", de 9 de janeiro 2006, produzido pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Disponível em: < www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2006/4170.pdf?>. Acesso 15 de março de 2017.

A verdade deve ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repetição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A verdade está ligada [...] a sistema de poder, que a produzem e sustentam. [...] Um “regime da verdade”. (FOUCAULT apud JENKINS, 2007: 58-59).

Deste modo, entende-se que a verdade é produzida no interior do discurso a partir da objetividade e de um campo de conhecimento que a legítima ao discriminar o verdadeiro do falso, esse discurso está ligado às relações de poder para controle de atuação. Neste sentido, a verdade não é absoluta e diante da necessidade de se estabelecer uma verdade busca-se no campo do conhecimento evidências que justifiquem este discurso de forma objetiva.

Desta forma para alcançar a verdade amplia-se o campo de trabalho para além da documentação. Jacques Le Goff (1990) alerta para o cuidado que se deve ter quanto ao uso do documento.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990:547).

No período do Regime Militar muita documentação foi produzida em razão da formação dos processos judiciais. O judiciário estava estruturado e amparado por uma legislação repressiva, embora tenha sofrido algumas alterações, o STF, nos seus primórdios, tomou decisões respeitando a Constituição Federal vigente desde 1946. No entanto, essa documentação possuía um caráter duvidoso, assim como demonstrava Dom Paulo Evaristo Arns no livro *Brasil: Nunca Mais* (2011), que essas investigações eram feitas clandestinamente e de maneira ilegal, muitas alegações eram feitas sob tortura, provas eram impostas, resultados alterados e “o inquérito malnascido, ilegal e clandestino faz com que os atos subsequentes tragam vício original que compromete a legitimidade da ação penal” (ARNS, 2011:206). Sobre esse comprometimento de legitimidade ainda afirma Jacques Le Goff (1990)

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990:548).

Ao propor uma análise das condições em que tal documento foi produzido, Le Goff não negligenciou as possíveis generalizações e subjetividades existentes, mas recomendou expor a crítica histórica ao ambiente que o produziu, pois, assim como a pedra e o mármore no mundo greco-romano serviam de suporte da memória, o documento escrito é a forma de

ligar a memória à escrita apostando na durabilidade da memória (LE GOFF, 1990:432). Lucileide Cardoso também chama atenção, pois “o memorialismo da repressão situa-se no limiar dessa ficção, oscilante entre o documento histórico – testemunho de uma época – e as fronteiras do que se reconhece como literatura” (CARDOSO, 2012:140).

Nestas memorialísticas entra a relação história e literatura tornando-se uma narrativa plausível, na medida em “que os discursos literários e históricos são formas diferentes de dizer o real”, a história como possibilidade de narrar a partir das fontes e documentos e a literatura como possibilidade de compreensão do mundo, na medida em que recria episódios históricos de maneira ficcional se assemelhando a veracidade histórica (PESAVENTO, 2006). Para Pesavento (2006:01), “a literatura cumpria face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão, “quase” na trilha da concepção beletrista de ser um sorriso da sociedade”. Para Marc Bloch é a parte poética da ciência.

Ele não diz: a história é uma arte, a história é literatura. Frisa: a história é uma ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que pode significar sua fraqueza mas também sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas (BLOCH, 1929:19).

Percebe-se, no entanto que essa aproximação da história com a literatura é uma via de mão dupla. Contudo, as memorialísticas se diferenciam do caráter historiográfico na medida em que esses escritos divergem em seu caráter teórico-metodológico, caráter primado pela historiografia que enquanto ciência busca a problematização das fontes, a racionalidade e o rigor científico para a reconstrução do passado tanto quanto possível. Na literatura “é de que se preserve toda riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social” (ZÉRAFFA apud SEVCENKO, 2003:28). Essas características que as diferenciam e as definem são as variantes entre o diálogo da história com a literatura, ambas “são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo” (PESAVENTO, 2006:03).

Nas palavras de Paul Ricoeur (2005) “a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia”. Essa discussão gerada em torno do que é história? O que é literatura? E das possibilidades de se conceber a história enquanto literatura tem sido o desafio da contemporaneidade, principalmente quando se trata da metodologia e do objeto de análise no campo historiográfico. Ainda que essa seja uma postura ultrapassada tendo em vista que o novo século em meio à “crise dos paradigmas” tenha imposto novas questões onde é preciso encontrar novas formas de acesso para compreender a realidade. (PESAVENTO,

2006). Todavia, esta compreensão do presente se estabelece a partir do partilhamento das memórias produzidas no campo da coletividade sobre os fatos passados levando em consideração os contextos sociais vividos pelo indivíduo ou grupo (HALBWACHS, 2013).

Diante disso, pode-se pensar a memória no campo da coletividade visto que a noção está intimamente ligada ao que ocorre com a sociedade mediante o partilhamento e as interações dos indivíduos ou grupo sociais, mediante a coletividade é que surge às possibilidades dos indivíduos compreenderem sua atuação do passado e do presente.

Para Michael Pollak

A priori a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas [...] deve ser entendida também ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992:02).

Estas flutuações são função do momento em que é articulada e está sendo expressa isso porque “A *memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992:04). Para tanto, na concepção de Le Goff (1990) “a memória, como a capacidade de conservar certas informações”, assim sempre que necessário “o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas”, podendo recorrer às memórias para ter acesso ao passado e buscar neste passado às informações requeridas pela situação presente.

Entretanto, no Brasil a preservação dessas memórias da ditadura coube a alguns órgãos e instituições, que atuaram em consonância com a CNV, para resguardar e recuperar a história recente do país. Destacam-se os projetos *Memorial pessoas imprescindíveis*, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, *Memorial da Anistia Política no Brasil* da Comissão de Anistia na área da educação para os direitos humanos e o projeto *Brasil: nunca mais*. Estabelecendo o direito à memória como “o direito fundamental de acesso, utilização, conservação e transmissão do passado e dos bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural de determinada coletividade” (SANTOS; SOARES, 2012:273).

Para o sociólogo Maurice Halbwachs, “o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória”.

Para Ricoeur

[...] nada de mais pessoal, de íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros, entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estão incrivelmente enredadas umas nas outras ao

ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um: as feridas da memória são, simultaneamente, solitárias e partilhadas. (Ricoeur, 2005:01)

Contudo, essas memórias ao se revelar como “memórias feridas” são propícias a manipulações e maus usos. Mas que confirmam a efetiva relevância da memória enquanto objeto e fonte significativamente importante para o pesquisador que busca compreender as relações de uma sociedade, grupo ou até mesmo uma nação, estas memórias servem para entender a relação dos indivíduos com o seu passado e presente.

A consolidação do direito à memória e à verdade histórica enquanto fenômeno coletivo e social por sua vez permite a sociedade saber o seu passado e reconstrói a história do país desenvolvendo uma consciência coletiva de valorização aos direitos humanos.

As ações da CNV visaram ao fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar, toda a sociedade, composta inclusive por 82 milhões de brasileiros que nasceram já sob o regime democrático⁹. No entanto, ainda no ato de sua formação sofreu severas críticas por parte de grupos apoiantes a ditadura civil-militar, acreditava que a CNV suscitava o “revanchismo” no país, sugerindo que a finalidade dessas investigações seria desacreditar os processos do Superior Tribunal Militar, assim como a própria instituição, e que, a CNV tinha por base apenas depoimentos de grupos de esquerda e que por trás das investidas estão o interesse em anular a Lei da Anistia nº 6.683 de 1979 para os militares (ROCHA, 2016:73).

A Comissão Nacional da Verdade, ao longo de dois anos e meio de atividade procurou cumprir, a tarefa que lhe foi estipulada na Lei no 12.528, de 18 de novembro de 2011, e apresentou em 2014 o resultado das investigações realizadas. O Relatório foi composto por três volumes com o objetivo de efetivar o direito a memória a verdade histórica e promover a reconciliação nacional. O primeiro volume descreve os fatos relativos às graves violações de direitos humanos do período investigado, com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985. O segundo volume, reúne textos temáticos de responsabilidade individual de alguns dos conselheiros da Comissão, que o elaboraram ou supervisionaram com o respaldo de consultores e assessores do órgão e pesquisadores externos, identificados no início de cada contribuição. E o terceiro volume, de enorme significado histórico, foi integralmente dedicado às vítimas. Nele, há registros de 434 mortos e desaparecidos políticos

⁹Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). P. 21. Disponível em:< http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 14 de março de 2017.

e as circunstâncias de sua morte, tragédia humana que não pode ser justificada por motivação de nenhuma ordem¹⁰.

A entrega e recebimento do relatório final da Comissão Nacional da Verdade deu-se na manhã do dia 10/12/2014 em audiência no Palácio do Planalto com a presença da presidente Dilma Rousseff, dos presidentes dos poderes legislativo e judiciário e os seis membros da Comissão. Configurou-se em um momento de emoção e lágrimas durante a cerimônia, ao proferir seu discurso a presidente, ressaltou que ‘Brasil merecia a verdade’. Segundo publicação do portal de notícias *iG Último Segundo*¹¹

Ao receber nesta quarta-feira (10) o relatório final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), a presidente Dilma Rousseff precisou interromper o discurso emocionado ao falar das famílias que perderam seus integrantes e que, sem o conhecimento da história da ditadura militar, “sofreram e continuaram sofrendo”. “A ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latente a mágoa, o ódio”, disse a presidente Dilma ao receber o documento. Ao interromper o discurso, ela foi aplaudida pelos que acompanharam a solenidade. (IG BRASÍLIA 2014).

Este momento encerra-se os trabalhos da CNV no período estipulado, no entanto essa luta por verdade, memória e justiça no Brasil continuam.

IV. (DES) ARQUIVANDO MEMÓRIAS: O CASO RUBENS PAIVA

Ainda que este Relatório confira tratamento individualizado a alguns casos tidos como emblemáticos, estes apenas ilustram a dimensão sistêmica alcançada pela ação violadora da estrutura estatal, seja por seus agentes, seja por terceiros agindo com sua aquiescência ou conivência¹².

Partindo dos resultados obtidos pela CNV em 2014 no ensejo de tais reflexões, detém-se analisar a construção do discurso deposto na memorialística *Ainda estou aqui* (2015) sobre o desaparecimento do Rubens Beyrodt Paiva o qual se constituiu um dos casos mais emblemáticos por representar “o cinismo dos órgãos de segurança” (ARNS, 2011:315). Dentre os crimes cometidos pelos órgãos de repressão no período da ditadura civil-militar (1964-1985) que atentavam contra os direitos humanos este caso atingiu enorme expressividade, marcou a história do país e modificou a própria história do regime militar. Segundo Arns (2011:304) o desaparecimento político “é uma prática de tortura muito mais

¹⁰Idem, p.15.

¹¹ Jornal da internet brasileira. Disponível em:<<http://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

¹² Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). P. 40. Disponível em:<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 14 de março de 2017.

cruel do que o mais criativo dos engenhos humanos de suplício”, utilizado para encobrir homicídios de prisioneiros ou provocar incerteza na oposição sobre o destino dos desaparecidos (SCHWARCZ, 2015: 460), além de atribuir a outrem a responsabilidade de tal crime, criando inimigos. Tais práticas descritas por Arns em *Brasil: Nunca Mais*, foi aderida por países da América Latina que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional, em seu período ditatorial.

A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país. Isso porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, o que constitui um confortável recurso, cada vez mais utilizado pela repressão. (ARNS, 2011: 303)

No entanto, é importante destacar que fenômenos de opressão fazem parte de sociedades em que o poder democrático se aniquilou e que muitas das vezes essa opressão vem diluída e se manifesta somente em episódios eventuais. No caso do Brasil.

O golpe direitista de 1964 arrancou os véus que disfarçavam a violência do Estado burguês no Brasil. O poder militarizado fez questão de torná-la demonstrada. O combate sem trégua e sem regra às organizações de esquerda foi um dos aspectos – não o único – dessa violência ampliada e exibicionista. (GORENDER, 1987:226)

Essa violenta opressão precedia de forma mais severa a partir de 1964 do uso sistemático da tortura como técnica de interrogatório. De início essa oposição estava mais voltada para a classe operária, no entanto foi a partir de 1969 que a guerrilha urbana se voltou mais para os estudantes e profissionais com título universitário, os quais passaram a ser alvo principal de repressão ao desencadearem as grandes passeatas de protesto de 1967 e 1968 fazendo oposição direta ao governo dos militares (GORENDER, 1987 e SCHWARCZ, 2015).

Segundo Schwarcz, (2015) “Nunca foi tão perigoso ser estudante no Brasil”, como exemplo dessas práticas opressoras e repressivas no Brasil, a memorialística também destaca a morte e desaparecimento do jovem Stuart Edgar Angel, de 26 anos de idade, estudante de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1971. Fato este que levou sua mãe a estilista Zuleika Angel Jones a chamar a atenção dos norte-americanos para a ditadura brasileira, após utilizar a repressão como temática em seus desfiles de moda nos Estados Unidos, mesmo assim os restos mortais de Stuart Angel Jones nunca foram devolvidos a família. Outro caso em que segue a mesma linha e foi esclarecido recentemente é o desaparecimento do jovem casal de professores da Universidade Federal de São Paulo, a professora de química Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva professor de física, ambos desaparecidos desde 22 de abril de 1974, na tentativa de localizar o casal de professores

vários *habeas-corpus* foram impetrados, mas sem resultados. Estes são alguns dos casos de mortes e desaparecimentos políticos impetrados pela máquina de repressão política na ditadura civil-militar, que segundo Janaina Teles:

[...] iniciou-se ainda em 1964, quando ocorreram os primeiros assassinatos mascarados pela versão de suicídio e, principalmente, a partir de 1973, por meio do desaparecimento sistemático de dissidentes políticos: não mais havia a notícia da morte, um corpo, atestado de óbito – essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, dificultando a inscrição dessa experiência na memória e o trabalho de luto tão necessário ao prosseguimento da vida (Teles 2009:154).

Ainda hoje, muitas famílias lutam pelo direito ao luto e a uma sepultura, tarefa da qual a CNV foi inadimplente. “A não-existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associada ao desconhecimento das formas de morte, constitui uma nova figura: a da privação morte” (CATELA, 2001apud TELES, 2009:154).

No Brasil, a prática da tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nesta constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. (SCHWARCZ, 2015: 461).

Na memorialística *Ainda estou aqui* (2015) o autor define tortura e faz uma contextualização mostrando o quando as práticas de torturas sempre estiveram presentes, desde os tempos mais remotos nas sociedades e foi utilizada como instrumento para subjugar o inimigo, patrocinada por reis, imperadores, papas, ditadores.

Paiva coloca que:

A tortura é a ferramenta de um poder instável, autoritário, que precisa da violência limítrofe para se firmar, e uma aliança sádica entre facínoras, estadistas psicopatas, lideranças de regimes que se mantêm pelo terror e seus comandados (PAIVA 2015: 110).

Schwarcz destaca que:

Para a tortura funcionar, é preciso que existam juízes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões renegadas, laudos periciais mentirosos. Também é preciso encontrar, em hospitais, gente dispostas a fraudar autopsias e autos de corpos de delito e a receber presos marcados pela violência física. É preciso, ainda, descobrir empresários prontos a fornecer dotações extraorçamentárias para que a máquina de repressão política funcione com maior eficácia. (SCHWARCZ, 2015: 460)

Durante a ditadura as práticas de torturas tiveram início ainda no governo Castello Branco, “e se espalhou como um vírus graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo de poder – civis e militares” (SCHWARCZ, 2015: 460), e ainda mais porque “a

censura dos meios de comunicação parecia suficiente para ocultar o que se passava nas dependências dos órgãos repressivos” (GORENDER, 1987:228).

O caso de desaparecimento e morte do ex-deputado Rubens Paiva constitui um desses casos ainda inacabados que causa ampla repercussão ao expor algumas limitações ao exercício das entidades governamentais e nacionais responsáveis por promover o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticados no Brasil. Destaca Gorender (1987:227) que este caso se tornou episódio simbólico da perda de imunidades e privilégios costumeiros cedidos à classe média, pessoas de *status* elevado ou até mesmo as relações de familiares do meio militar, que cessaram após as mudanças estruturais feitas pela Lei de Segurança Nacional quando o “Estado militarizado agiu com inflexível coerência: cortou os galhos podres da própria classe dominante para defendê-la” (GORENDER, 1987:227).

Eleito deputado federal por São Paulo em outubro de 1962, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesma legenda do então presidente da República João Goulart, Rubens Paiva foi vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados, atuou como vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cassado logo após o golpe militar, com base no Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Exilou-se na embaixada da Iugoslávia, no Rio de Janeiro e, em junho de 1964, deixou o Brasil partindo para a França e depois Inglaterra. No início de 1965, retornou ao Brasil residindo primeiramente em São Paulo, e, em seguida, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Foi executado em janeiro de 1971 por agentes de repressão do Estado, reconhecido como morto pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que tem por finalidade proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de graves violações aos direitos humanos, suas ações são desenvolvidas em apoio e sinergia à Comissão de Anistia e em sintonia com a recomendação da Comissão Nacional da Verdade - CNV, colaborando, de forma definitiva, para a elucidação dos casos de graves violações contra os direitos humanos praticados durante a ditadura civil-militar brasileira.

O ano de 1971 foi significativamente um ano de lutas, inclusive para a família Paiva, que tivera de enfrentar um regime endurecido que vitimava a todos, e, o Rubens Paiva não passou de uma grande vítima.

Idealista, ex-líder estudantil, achou que podia contribuir para mudar o Brasil. [...] aos trinta e três anos, com cinco filhos pequenos e uma empresa polivalente de engenharia, decidiu arriscar. [...] gastou toda a poupança da família, que morava de aluguel, investindo na sua campanha a deputado federal de 1962 (PAIVA, 2015:89).

Seu desaparecimento e morte são uma incógnita. São várias hipóteses, nenhuma cabível para tamanha brutalidade, não há acusação, não há justificativa. Assim como outras histórias de desaparecidos políticos no fim nunca se saberá realmente o que aconteceu.

V – MULHER E MILITÂNCIA NO BRASIL

Desde a antiguidade a figura do herói teve seu espaço garantido no meio das sociedades, sejam eles transmitidos por meio de histórias, lendas, obras literárias, cinema ou até mesmo na vida real. “O fato é que os heróis nascem a partir de uma necessidade espiritual, uma forma de proteção contra o medo do desconhecido” (LIMA; SANTOS, 2011:03).

Sendo que “na mitologia, o herói é divino. Na poesia épica ele é a unidade de sentimento e ação. Na história é separado da realidade. Na literatura, o destino do herói é a sua iniciação: a descoberta de si mesmo” (FEIJÓ, 1995:63).

O herói na história política e socioeconômica e também na literatura são personagens que podem vir da burguesia, da elite, do poder, como também das classes sociais mais baixas, insurgindo contra um governo autoritário, contra as injustiças sociais de um sistema econômico (LIMA; SANTOS, 2011:03). Na literatura o herói surge da imaginação do autor ao contemplar os feitos reais de pessoas que desempenharam ações de generosidade, tiveram atitude de coragem, astúcia, sabedoria e ousadia, em prol de uma causa benéfica, lutando assim por igualdade e justiça social.

Nesta obra memorialística o herói conquistou seu espaço mediante seus feitos de coragem, bravura e caráter, longe de se assemelhar aos heróis épicos de Homero, da mitologia Grega ou do cinema com caráter divino ou dotado de superpoderes. Este herói foi forjado na intensa luta diária travada contra um regime endurecido, onde sua participação e presença não era bem-vinda, pois neste cenário machista e patriarcal não era permitido mulheres na cena pública e política por ir de contra ao papel reservado para as mulheres.

Formou uma clássica família burguesa do mundo ocidental do pós-guerra. No final dos anos 60, enquanto a revolução sexual transformava as mulheres e as relações, ela andava entediada com a carreira de dona de casa, sempre bonita à espera do Don Draper. [...] sociável, elegante, com bom gosto, culta, que costurava as próprias roupas e as dele. (PAIVA 2015:60)

Analisando sua atuação após ser atingido pelo regime militar em um tempo de exclusão para as mulheres, em que a participação feminina era restrita e não havia igualdade jurídica nem formal entre homens e mulheres em que “o Código Civil da época colocava as

mulheres em uma posição de cidadãs de segunda categoria e dava aos maridos e pais poderes de decisão sobre elas”¹³, situações cotidianas impuseram a esta mulher adotar um novo modo de atuação.

Foi na ditadura civil-militar que as mulheres reconfiguraram o seu papel na sociedade quando avançaram para além do espaço doméstico, rompendo com os padrões da época vigente, desafiando a ordem estabelecida, contrariando o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal lhes haviam reservado. Tanto os movimentos femininos que apoiaram o golpe de 1964, quanto os que lutaram na derrubada do poder tiveram um papel decisivo ao tomar parte na política, representou um “progresso na liberação feminina” em face de uma sociedade machista e estereotipada sem, contudo, possuir um caráter propriamente “feminista” (RIDENTI, 1990:02).

Com a instauração do AI-5, as mulheres deram um salto na busca por ressignificar seus valores e as relações sociais, lutando cada vez mais por seus direitos e pela igualdade entre os sexos¹⁴.

Influenciada por este contexto social de 1971, quando perde seu marido para o regime militar, e após ser mantida presa por dose dias, testemunha do bastidor e do horror, Eunice manteve-se de queixo erguido ao iniciar a busca por informações sobre o paradeiro do seu marido. Para Marcelo Paiva ali “era o começo da luta. Uma das”. “Ela virou outra, depois de viúva” (PAIVA, 2015:73). Eunice rompe com o seu papel de mãe e esposa dedicada e invade o espaço público, com atitudes longe dos padrões ao qual fora criada, passando de dona de casa de uma “família burguesa” à estudante de Direito com ideologias tendenciadas mais para a esquerda (PAIVA, 2015:60) dona de uma praticidade, frieza e bom senso - “sou a mesma e outra” (PAIVA, 2015:226) sentiu duramente a ausência do marido provedor da família, tendo então que se dividir em mãe de cinco filhos, provedora e mantenedora do lar e combater uma ditadura.

“Ela ergueu o atestado de óbito para a imprensa, como um troféu. Foi naquele momento que descobri: ali estava a verdadeira heroína da família; sobre ela que nós, escritores, deveríamos escrever” (PAIVA, 2015:38). Contudo, Perrot (2006) vai dizer que.

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação, está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possui uma historicidade relativa às ações cotidianas,

¹³Memórias da Ditadura. Acervo online sobre a História da Ditadura no Brasil. Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/mulheres/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

¹⁴Idem

uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (“Não se sabe nada das mulheres”, diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível. (PERROT, 2006:09)

No Brasil, estudo acerca das mulheres no contexto do regime militar ainda é pouco abordado, principalmente quando se remete a participação da mulher na cena política as que exerceram militância, desvinculada de um grupo partidário ou da luta armada. Mulheres que após serem atingidas, consciente ou inconscientemente iniciam sua militância em prol de sua família.

Em *Ainda estou aqui* o autor recorre às memórias acerca do desaparecimento do pai para resgatar e criar sua heroína. Eunice Paiva, descendente de italiano foi educada em uma cultura e ambiente totalmente italiano, não trabalhava foi preparada para o casamento. Cultura da qual Eunice sempre hesitou participar. Estudou na escola francesa da elite paulistana. Aos dezoito anos, solteira fez letras na faculdade Mackenzie e aos quarenta e dois anos, viúva entrou para a faculdade de direito Mackenzie.

As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Acabam saindo da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno. (DUARTE, 2009:23)

A participação ativa e protagonista de muitas mulheres se estabeleceu de diferentes formas, havia mulheres no movimento estudantil, partidos, sindicatos e organizações clandestinas, ainda que em número bastante resumido, mas sempre desafiando o papel de passividade e domesticidade que a sociedade lhe atribuía¹⁵. Eunice, contudo não lutou com armas, “lutou com palavras” (PAIVA 2015:193) a militância chegou até ela, às circunstâncias a conduziram a luta, por décadas denunciou o desaparecimento do Rubens Paiva, militou contra a ditadura, a favor da Anistia, pelos Direitos Humanos e abraçou a causa indígena ao se identificar com a dor destes, “se não conseguiu salvar o marido e tantos outros, tentaria salvar os índios”, atendeu e representou nações indígenas, trabalhou na Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), fundada em 1978 (PAIVA 2015:203).

Lutou pelo reconhecimento da morte do seu marido e pela Anistia. Empenhou-se nas Diretas Já, e participou da Constituição de 1988. Também integrou a comissão de Fernando Henrique Cardoso para indenizar as famílias de mortos e desaparecidos. Conciliava a vida de

¹⁵ Idem.

mãe e pai de cinco filhos com a rotina estudantil. Tornou-se advogada e se engajou em lutas sociais e políticas, segundo Marcelo Paiva (2015) “o ícone da ditadura” sempre lutou e contestou a ditadura, “nunca se deixou cair no pieguismo”, “não culpou esse ou aquele, mas o todo” militou até ser traída pela sua própria memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro pela análise aqui exposta que, a literatura assim como a história tem se caracterizado em um excelente meio de contar o passado, pois ora dialogam entre si ora divergem, contudo ambas com sua forma própria cumprem o dever de dizer o real a partir do questionamento que lhes é apresentado e referente à sua visão de mundo, cabendo ao leitor saber interpretar e assimilar o que está sendo exposto.

Deste modo, reiteramos que a literatura enquanto se permite dar voz a sensibilidade e aos sentimentos faz sua narrativa a partir do registro das formas de pensar e agir do homem em determinado momento da história, enquanto que à história debruçada sobre os fatos e vestígios produzidos pelo homem busca a partir de um rigor científico reconstruir o passado aproximando-se do real tanto quanto lhe for permitido (PESAVENTO, 2006). No entanto, é preciso enfatizar que a história sozinha não é capaz de dar conta da história principalmente quando esta está presente nas memórias. Assim, neste esforço por contar o passado à história faz uso da literatura como fonte imprescindível para trazer ao presente esse passado e assim dar sentido a história de vida de cada indivíduo que participou nesta luta, percebendo que cada ato, cada decisão teve um propósito, havia bravura, foi um ato heroico.

Assim, como a memória de cada cidadão foi fundamental no processo de reconstrução da história do país, a CNV também se configurou em uma memória social, das quais visaram ao fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar toda a sociedade, mesmo que muito do que foi revelado pela CNV já era do conhecimento da sociedade e família Paiva. No entanto, a CNV exerceu papel fundamental na legitimação dos depoimentos ao trazer informações de pessoas de dentro do Destacamento de Operações de Informações (DOI) e tornar público documentos que antes era mantido em secreto, restrito apenas ao poder público.

A memorialística aqui analisada não se restringiu apenas ao caso de desaparecimento do Rubens Paiva, mas buscou fazer denúncia a mais uma das estratégias militares utilizadas para a tortura, desta feita tortura direcionadas aos familiares da vítima. “A tática do

desaparecimento político é a mais cruel de todas, pois a vítima permanece viva no dia a dia. Mata-se a vítima e condena-se toda a família a uma tortura psicológica eterna” (Paiva, 2015:165).

Em reforço a essas considerações, vale frisar que essa pesquisa não esgota o assunto, podendo assim desdobrar-se em pesquisas de maior fôlego, pois por constituir em História do Tempo Presente (HTP) promove discussões e mudanças constantes, como já missionada a ditadura civil-militar é uma ferida aberta e principalmente o caso de desaparecidos políticos onde os familiares lutam para obter os restos mortais de seus entes queridos.

Todavia, mesmo diante das limitações que pesam este trabalho, ele aponta caminhos para futuras pesquisas focando na relação entre história, literatura e memória. E ainda, serve de referencial para perceber um outro contexto sobre o papel que a mulher desempenhou durante a ditadura civil-militar, dentre outros temas relevantes à historiografia do período.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

I – FONTES

A - Obra memorialística.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda Estou Aqui*. Rio de Janeiro: Alfaguara. 2015.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. Rio de Janeiro: ed. Objetiva. 1982.

B - Comissão Nacional da Verdade. <http://www.cnv.gov.br/>

Comissão Nacional da Verdade. **Apresentação: O caso Rubens Paiva**. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: < http://verdadeaberta.org/upload/004-apresentacao_rubens_paiva_26-02.pdf>. Acesso em 30.01.2017.

Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e Desaparecidos Políticos**. Dezembro / 2014. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/>>.

Cartilha Comissão da Verdade. **Núcleo de preservação da memória política**. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/319668062/Cartilha-Comissao-da-Verdade-Nucleo-Memoria-pdf>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

Comissão Nacional da Verdade. **Relatório preliminar de pesquisa: Caso Rubens Paiva**. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: < http://verdadeaberta.org/upload/004-apresentacao_rubens_paiva_26-02.pdf>. Acesso em 30.01.2017.

C - Comissão de Direitos Humanos.

Organização das Nações Unidas. **Comissão de Direitos Humanos. *Estudio sobre el derecho a la verdad***. Arquivo CNV, 00092.000110/2015-84. Disponível em:< http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo1/Nota%2021%20-%20000092_000110_2015-84.pdf>. Acesso 15 de março de 2017.

D - Revista / Jornal

PAIVA, Marcelo Rubens. **Em ‘Ainda estou aqui’, Marcelo Rubens Paiva expõe delicado acerto de contas com a mãe**. Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 06 agos. 2015. Entrevista a Mariana Filgueiras. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-ainda-estou-aqui-marcelo-rubens-paiva-expoe-delicado-acerto-de-contas-com-mae-17098466>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

_____. **“Eu não sei para que serve a Comissão da Verdade”**. Revista Isto É. Edição 24.04.2013 - nº 2266. Entrevista a Rodrigo Cardoso. Disponível em: [http://istoe.com.br/292168_EU+NAO+SEI+PARA+QUE+SERVE+A+COMISSAO+DA+VERDADE+/.](http://istoe.com.br/292168_EU+NAO+SEI+PARA+QUE+SERVE+A+COMISSAO+DA+VERDADE+/) Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

_____. **“Minha mãe foi a grande heroína desta história”**. Revista Época, 06 de agosto 2015. Entrevista a Aline Ribeiro. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/marcelo-rubens-paiva-minha-mae-foi-grande-heroína-desta-historia.html>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

_____. **O escritor e diretor de teatro fala sobre a vontade de ser pai, casamento, sexo**. Revista TRIP – Uol. TPM #113, 14 de set. 2011. Entrevista a Nina Lemos. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/marcelo-rubens-paiva>>. Acesso em 04 de abril 2017.

ROUSSEFF, Dilma. **Dilma Rousseff se emociona ao receber relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF. Portal de Notícias IG Brasília, 10 de dezembro 2014. Por Wilson Lima e Luciana Lima. Disponível em:< <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-10/dilma-rousseff-se-emociona-ao-receber-relatorio-da-comissao-nacional-da-verdade.html>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

ROUSSEFF, Dilma. **Crimes da Ditadura** – Leia a íntegra do discurso de Dilma na entrega do relatório final da Comissão da Verdade. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, 10 dez. 2014. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560399-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-na-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-da-verdade.shtml>>. Acesso em: 15 de março de 2017.

E - Leis

BRASIL, **Ato Institucional Nº 1**, de 09 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

BRASIL, **Lei Nº 9.140**, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas,

no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

BRASIL, Lei nº **12.528** de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

II – BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. História dentro da história. In: **Fontes históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2005.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **A História Social**: seus significados e seus caminhos. LPH - Revista de História da UFOP. Nº 15, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Ed. Jorge Zahar - Rio de Janeiro; 2002.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória**: Defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. MEMÓRIAS EM DISPUTA E JOGOS DE GÊNERO: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). 2009. **Tese** (Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina. FLORIANÓPOLIS, 2009.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é herói**. Editora Brasiliense. 1995.

FOUCAULT, Michel. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas** – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. SP, Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. In: Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016.

JENKINS, Keith. Algumas perguntas e algumas respostas. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3ª ed. São Paulo: contexto, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2006.

LIMA, José Rosamilton de; SANTOS, Iveraldo Oliveira dos. **A trilha do herói**: da antiguidade à modernidade. Revista desenredos - ISSN 2175-3903 - ano III - número 9 - Teresina - Piauí – abril maio junho de 2011.

MARTINS FILHO, João R. **A Guerra de Memória**: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militantes. In: VARIA HISTORIA, nº28, Dezembro, p.179-201, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Editora PUC-SP. 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. tradução Angela M. S. Corrêa São Paulo, SP: Contexto, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura**: uma velha nova História. Novo Mundo Mundos Novos. Debates, 2006. Disponível em: < <https://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em 04 de janeiro de 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. P 200-212.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Trad. de Dora Rocha. RJ, Ed. UFRJ-Ed.FGV, 2004.

RICOEUR, Paul. **O bom uso das feridas da memória**. In: Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon (1938-1945): Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l'histoire parle. Edition du Roure, 2005.

_____. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **As mulheres na política brasileira**: nos anos de chumbo. Tempo social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

ROCHA, L.S. Ditadura, memória e justiça: “revolução” e golpe de 1964 transitam no ciberespaço. 2016. **Dissertação** (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2016.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Combates entre história e memórias**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

SANTANA, G.A. Recontar passado: Memória, história e literatura em “K”. 2014. 109p. **Dissertação** (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2014.

SOARES, Ricardo Maurício Freire; SANTOS, Claiz Maria Pereira Gunça dos. As funções do direito à verdade e à memória. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC** n. 19 – jan./jun. 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil:** uma biografia. 1º ed. – São Paulo: companhia das letras, 2015.

TELES, Janaina de Almeida. **Entre o luto e a melancolia:** a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In/; desarquivando a ditadura: a memória e justiça no Brasil, volume I / Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaina de Almeida Teles (org.). – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.